



AO ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL - CESAMA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0011/2025.

A empresa **BC GESTÃO DE SERVIÇOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 42.420.756/0001-30, já qualificada no certame em epígrafe vem, por intermédio de sua sócia administradora que ao final subscreve, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão proferida pelo Ilustre Pregoeiro, que declarou a empresa **JAMSE GESTAO E TECNOLOGIA LTDA** como habilitada, tornando-se imprescindível sua reforma à luz dos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos.

1. DOS FATOS

O Pregão Eletrônico nº 0011/2025, do tipo menor preço representado pelo menor preço global, tem por objeto a *“Contratação de empresa especializada em gerenciamento e controle de frota, compreendendo manutenções diversas, corretiva e preventiva, para a frota da CESAMA (motocicletas, automóveis, utilitários, caminhões, geradores, máquinas e equipamentos), com utilização de sistema integrado e informatizado, em tempo real (real time) permitindo a transmissão de dados da movimentação diária por software via internet”*, com sessão pública marcada para a data de 27/05/2025.

Durante a sessão pública, a empresa **CEGONHA SOLUCOES LTDA** após apresentar seu lance, foi desclassificada em razão da ausência de envio de anexos.

Convocada a empresa **NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS LTDA**, apresentou seus anexos, contudo foi desclassificada.



Na data de 03/06/2025, o sistema notificou a empresa **INSTASOLUTIONS PRODUTOS E GESTAO EMPRESARIAL LTDA**, contudo, foi desclassificada.

Neste sentido, em 09/06/2025, o Ilmo. Pregoeiro convocou as empresas **VALOR GESTAO E SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA** e **HALF BENEFICIOS LTDA**, as quais não responderam no prazo de 10 minutos para manifestação.

Na mesma data, em razão do cumprimento da LC nº 123/2006, a empresa **RODAR COMERCIO E SERVICOS LTDA** não apresentou lance no tempo hábil, e em razão disto, foi desclassificada.

A empresa **VOLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA** foi convocada para apresentar lance e enviar anexos, contudo, foi desclassificada pelo pregoeiro.

Em 16/06/2025, a empresa **RODAR COMERCIO E SERVICOS LTDA** foi convocada para apresentar proposta reajustada e enviar anexo, contudo, foi desclassificada.

Na mesma data, a empresa **UAITAG ADMINISTRADORA DE CONVENIOS E SERVICOS LTDA** e a **Recorrente** foram convocadas, contudo, em razão do tempo exíguo, foram desclassificadas em razão da ausência de manifestação.

Data/Hora	Descrição
16/06/2025 às 14:38:37	Fornecedor BC GESTAO DE SERVICOS LTDA, CNPJ 42.420.756/0001-30 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R\$ 773.049,9700. Motivo: Ao ser convocado em chat licitante não se manifestou..

Neste sentido, o Ilmo. Pregoeiro convocou a empresa **Recorrida** para manifestar seu interesse, de maneira que se sagrou arrematante do certame. Veja-se:

Item 1 - Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Contratação de empresa especializada em gerenciamento e controle de frota, compreendendo manutenções diversas, corretiva e preventiva, para a frota da CESAMA (motocicletas, automóveis, utilitários, caminhões, geradores, máquinas e equipamentos), com utilização de sistema integrado e informatizado, em tempo real (real time) permitindo a transmissão de dados da movimentação diária por software via internet, conforme as condições estabelecidas nesta especificação conforme itens abaixo.

Quantidade:	1	Valor estimado:	R\$ 883.966,9700 (unitário)
Unidade de fornecimento:	UNIDADE		R\$ 883.966,9700 (total)
Intervalo mínimo entre lances:	R\$ 0,0100	Situação:	Aberto para recursos
Critério de julgamento:	Menor Preço		

Aceito e Habilitado por CPF ***.304.***.7 - LUCIANO SOARES para JAMSE GESTAO E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ 40.810.790/0001-95, melhor lance: R\$ 777.455,5600 (unitário) / R\$ 777.455,5600 (total)



Minha proposta	Todas as propostas	Histórico de recursos
30.677.164/0001-19 ME/EPP Desclassificada	CEGONHA SOLUCOES LTDA BA	Valor ofertado (unitário) R\$ 397.270.0000 Valor negociado (unitário) -
25.165.749/0001-10 Programa de Integridade Desclassificada	NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO . SP	Valor ofertado (unitário) R\$ 397.279.0000 Valor negociado (unitário) -
47.611.398/0001-66 ME/EPP Desclassificada	INSTASOLUTIONS PRODUTOS E GESTA. SP	Valor ofertado (unitário) R\$ 528.000.0000 Valor negociado (unitário) -
51.679.014/0001-14 ME/EPP Desclassificada	VALOR GESTAO E SERVICOS TECNOLO. MT	Valor ofertado (unitário) R\$ 529.496.2200 Valor negociado (unitário) -
43.091.320/0001-07 Programa de Integridade Desclassificada	HALF BENEFICIOS LTDA GO	Valor ofertado (unitário) R\$ 574.578.4800 Valor negociado (unitário) -
03.817.702/0001-50 Programa de Integridade Desclassificada	VOLLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO L. GO	Valor ofertado (unitário) R\$ 604.687.6600 Valor negociado (unitário) -
08.009.135/0001-20 ME/EPP Programa de Integridade Desclassificada	RODAR COMERCIO E SERVICOS LTDA MG	Valor ofertado (unitário) R\$ 608.611.2588 Valor negociado (unitário) -
32.282.596/0001-56 ME/EPP Programa de Integridade Desclassificada	UATAG ADMINISTRADORA DE CONVEN. MG	Valor ofertado (unitário) R\$ 734.263.0000 Valor negociado (unitário) -
42.420.756/0001-30 ME/EPP Programa de Integridade Desclassificada	BC GESTAO DE SERVICOS LTDA SC	Valor ofertado (unitário) R\$ 773.049.9700 Valor negociado (unitário) -
40.810.790/0001-95 ME/EPP Avalia e habilitada	JAMSE GESTAO E TECNOLOGIA LTDA PR	Valor ofertado (unitário) R\$ 777.455.5600 Valor negociado (unitário) -

Assim, a Recorrida foi declarada como arrematante do item 01, entretanto, apresentou proposta inexecuível indicando desconto de (-10,00%) na taxa de administração ofertada, o que acarretará em claro dano ao erário.

A Recorrida também apresentou em sua documentação de habilitação atestados de capacidade técnica que não seguem os parâmetros exigidos pela Lei nº 14.133/2021.

Diante disso, impõe-se a imediata revisão da decisão, haja vista que a manutenção da proposta vencedora compromete a segurança do certame e expõe a Administração Pública a riscos indevidos, conforme se demonstrará a seguir.

2. DO PRAZO DE 10 MINUTOS PARA MANIFESTAÇÃO. PRAZO EXÍGUO. NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.



Destarte, cumpre destacar que o Ilmo. Pregoeiro atribuiu prazo de 10 minutos para intenção das licitantes se manifestarem acerca do interesse sobre o fornecimento do item.

Deste modo, cinco licitantes foram indevidamente desclassificadas no certame, vejamos:

43.091.320/0001-07 Programa de Integridade Desclassificada	HALF BENEFÍCIOS LTDA GO	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 574.578,4800 -
Ao ser convocado em chat licitante não se manifestou em tempo hábil.			
08.009.135/0001-20 ME/EPP Programa de Integridade Desclassificada	RODAR COMERCIO E SERVICOS LTDA MG	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 608.611,2588 -
Licitante não enviou a proposta ajustada conforme registrado em chat.			
▼ Proposta			
▼ Anexos			
▼ Diligências			
32.282.596/0001-56 ME/EPP Programa de Integridade Desclassificada	UATAG ADMINISTRADORA DE CONVEN. MG	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 734.263,0000 -
Ao ser convocado em chat licitante não se manifestou.			
42.420.756/0001-30 ME/EPP Programa de Integridade Desclassificada	BC GESTAO DE SERVICOS LTDA SC	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 773.049,9700 -
Ao ser convocado em chat licitante não se manifestou.			
▼ Proposta			
▼ Anexos			
▼ Diligências			
51.679.014/0001-14 ME/EPP Desclassificada	VALOR GESTAO E SERVICOS TECNOLO. MT	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 528.496,2200 -
Ao ser convocado em chat licitante não se manifestou em tempo hábil.			

Portanto, verifica-se que o prazo foi exíguo e insuficiente para que as licitantes pudessem realizar sua manifestação.

O edital estabelece em sua cláusula 9.14.6 que:

9.14.6 O(A) Pregoeiro(a) poderá estabelecer um tempo máximo para manifestação do licitante no chat do Portal de Compras do Governo Federal, quando este for convocado para apresentação de proposta / negociação (de acordo com a fase em que o pregão se encontrar). Caso não haja manifestação dentro do prazo estabelecido, o licitante será considerado desistente, sendo convocado o próximo



licitante, na ordem de classificação, para atender ao exigido pelo(a) Pregoeiro (a) no chat. **E no caso de convocação para negociação será considerado como negociado.**

No entanto, verifica-se que o edital **não estipulou o tempo mínimo, deixando ao Ilmo. Pregoeiro realizar a fixação do prazo.**

Ocorre, d. Pregoeiro, que mesmo diante de um ato administrativo discricionário, deve a Administração Pública fixar prazo condizente com o tema, garantindo que os licitantes possam se manifestar.

A formalidade do processo licitatório jamais pode ser a formalidade sem substancialidade, mecanizada, sem finalidade e propósito, para prestigiar o mero formalismo, como se o procedimento licitatório tivesse uma fórmula sagrada e inquebrantável.

O procedimento deve assegurar a justa competição tanto do ponto de vista formal quanto material.

Sobre o tema, Oliveira¹ leciona:

Não se pode perder de vista que a licitação é um procedimento instrumental que tem por objetivo uma finalidade específica: celebração do contrato com o licitante que apresentou melhor proposta. Por esta razão, a legislação tem flexibilizado algumas exigências formais, que não colocam em risco a isonomia, com o intuito de garantir maior competitividade.

Desta forma, faz-se necessário que a Administração Pública se utilize de formalismo moderado a fim de alcançar o objetivo precípua da proposta mais vantajosa.

O Tribunal de Contas da União, sob relatoria do Exmo. Min. BRUNO DANTAS, ao tratar de caso análogo, decidiu:

Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo,

¹ OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Licitação e contratos administrativos: teoria e prática. - 12. Ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2023.



assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

(TCU, acórdão 357/15-Plenário, Enunciado, relator ministro: BRUNO DANTAS)

Ainda nesta esteira, o Tribunal de Contas da União, agora na relatoria do exmo. Min. WALTON ALENCAR RODRIGUES, no **ACÓRDÃO Nº 2076/2018 – TCU – Plenário**, decidiu que a desclassificação de licitante do certame em razão de não atendimento de questionamento formulado por intermédio do *chat* do sistema utilizado para o processamento do pregão eletrônico em prazo exíguo é claro excesso de formalismo, o qual pode resultar em prejuízo dos cofres públicos. Vejamos:

ANÁLISE TÉCNICA

20. A empresa Reuter, tendo sido declarada vencedora para os itens questionados, defende a lisura dos procedimentos e, naturalmente, a manutenção do resultado.

21. Já a UFSC, além de defender que os procedimentos foram adequados e de acordo com os termos do edital, informa que os questionamentos dirigidos aos licitantes antes da aceitação da proposta visam assegurar que os licitantes realmente estejam cientes e aptos a fazer o fornecimento em conformidade com as especificações do objeto, e que tal prática tem caráter pedagógico, no intuito de a administração obter melhores propostas.

22. Em que pese a alegada boa intenção no procedimento, entendemos que não há previsão legal para que haja a exclusão de licitantes com o motivo de “recusa de proposta” nessa fase do procedimento, pois a pergunta não respondida pelas licitantes, e que gerou a sua exclusão do certame, diz respeito à concordância com os termos do edital, sem nenhuma referência a vícios relativos aos preços ou especificações dos itens de fornecimento.

23. Com o silêncio das empresas em relação à pergunta, em poucos minutos a pregoeira decidiu excluir as quatro melhores propostas, declarando vencedora a empresa Reuter.

24. A diferença de preços entre as empresas é tão grande (os da empresa Reuter são 127% superiores aos da Print) que impunha-se, como medida de precaução, a “perda” de algumas horas, na realização de diligências ou obtenção de esclarecimentos junto às empresas.

25. O excesso de formalismo por parte da pregoeira, bem como a busca em dar celeridade ao pregão, poderiam resultar, em tese, em um prejuízo de R\$ 515.000,00 aos cofres públicos, apenas para esses quatro itens do certame, caso integralmente adquiridos pela UFSC aos preços cotados pela empresa Print, podendo aumentar em R\$ 2.575.000,00, caso outros entes públicos se utilizassem da ata de registro de preços, na forma do Decreto 7.892/2013.



26. Com a intervenção do TCU, a compra limitou-se, até agora, a 10.500 exemplares dos itens 1, 2 e 3 do edital, no valor de R\$ 62.265,00, empenhados à empresa Reuter.

Portanto, conforme a jurisprudência supramencionada, a fixação de prazo exíguo pelo Ilmo. Pregoeiro no presente caso, incorre em extrema formalidade do processo administrativo licitatório, levando a Administração Pública a escolher a proposta menos vantajosa dentre os lances.

3. TAXA NEGATIVA. INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA. DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA COMPROVAÇÃO DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA.

Ressalte-se que o objetivo central de um procedimento licitatório é a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, isto é, aquela que alia economicidade ao pleno atendimento dos requisitos previamente estabelecidos, visando à concretização do interesse público.

A denominada taxa administrativa constitui a forma de remuneração da empresa contratada pela execução dos serviços de gestão da rede credenciada. Consiste em um percentual aplicado sobre o montante total movimentado no sistema, destinado a cobrir todas as atividades operacionais da contratada, tais como suporte técnico, manutenção da plataforma digital, atendimento, auditoria, controle e repasse dos valores devidos às empresas credenciadas.

Ocorre que a Recorrida apresentou uma taxa de gerenciamento negativa. Isso evidencia a inexistência de fonte direta de receita, tornando inviável, do ponto de vista prático e econômico, a manutenção da plataforma de gestão, o acompanhamento das ordens de serviço, o suporte técnico às unidades, a antecipação dos pagamentos às credenciadas e a assunção dos riscos próprios da operação contratual.

A previsão de uma taxa de gerenciamento negativa demonstra que a Recorrida renuncia a qualquer mecanismo de retorno financeiro direto, comprometendo de forma clara a viabilidade econômico-financeira de sua proposta. Não se sustenta, sob a ótica empresarial, que uma empresa se disponha a assumir um contrato de alta complexidade sem qualquer garantia



de remuneração. Tal circunstância rompe o equilíbrio econômico do contrato e configura, inclusive, uma proposta de risco, em afronta aos princípios da economicidade, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa à Administração.

O serviço em questão exige da contratada a manutenção de uma estrutura técnica e operacional robusta, incluindo sistema informatizado de gestão, atendimento às unidades contratantes, controle das ordens de serviço, intermediação e antecipação de repasses às oficinas e postos credenciados, suporte técnico contínuo, auditoria e fiscalização da execução contratual. Todas essas atribuições acarretam custos expressivos, sejam fixos ou variáveis, e demandam investimentos em mão de obra especializada, tecnologia, infraestrutura física, sistemas de segurança e gestão administrativa.

Sendo assim, a norma editalícia é clara ao prever a desclassificação de propostas que não sejam exequíveis em relação ao objeto contratual. Veja-se:

8.3 Efetuado o julgamento dos lances ou propostas, será promovida a verificação de sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daqueles que:

d) apresentem preços manifestamente inexequíveis;

A inexistência de qualquer margem de remuneração, como verificado na proposta apresentada pela Recorrida, demonstra afronta à lógica econômica considerada pela Administração na etapa de planejamento da licitação, bem como à razoabilidade que deve nortear as propostas apresentadas. Diante disso, é clara a necessidade de desclassificação da proposta em razão de sua manifesta inexequibilidade e evidente desconformidade com os parâmetros técnicos e econômicos definidos no edital.

Nesse contexto, a Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 59, elenca de forma taxativa as hipóteses de desclassificação de propostas, entre as quais se incluem a presença de vícios insanáveis e a inexequibilidade da proposta.

A aceitação de uma proposta dessa natureza não compromete apenas a contratada, mas **expõe a própria Administração Pública a riscos severos de inadimplemento, paralisação contratual e necessidade futura de rescisão ou contratação emergencial**, medidas que



geram instabilidade administrativa e frequentemente resultam em **oneração indevida aos cofres públicos**.

Em síntese, uma proposta inexecutável tende, em um horizonte de curto ou médio prazo, a se converter em fonte de prejuízos financeiros para a Administração, seja pela necessidade de gastos adicionais para garantir a continuidade dos serviços contratados, seja em razão de uma execução deficiente ou insatisfatória.

Nesse contexto, cumpre salientar que qualquer conduta que possa causar dano ao erário é, nos termos do artigo 47 da Lei nº 8.443/1992, objeto de apuração mediante a instauração de tomada de contas especial.

Importa frisar que, além da empresa contratada, também são solidariamente responsáveis o Pregoeiro, o Gestor do Contrato, a Autoridade Superior competente e todos os servidores que, por ação ou omissão, tenham contribuído para a convalidação de um certame com elevado potencial de lesividade ao patrimônio público — como o presente caso —, conforme dispõe o §2º do artigo 16 da mesma lei.

Diante disso, a previsão de taxa de gerenciamento negativa na proposta da Recorrida evidencia a inexistência de qualquer forma de remuneração direta pela execução dos serviços de gerenciamento, o que impõe, como medida necessária e proporcional, sua imediata desclassificação. Trata-se de proposta que afronta diretamente os princípios da razoabilidade e da eficiência, revelando-se incompatível com a adequada execução contratual.

Assim, diante da clara inexecutabilidade da proposta apresentada pela Recorrida, impõe-se sua exclusão do certame, conforme entendimento pacificado na jurisprudência:

DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO. DESCLASSIFICAÇÃO. PROPOSTA INEXEQUÍVEL. 1. Tendo o recurso sido interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015, devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele previsto, conforme Enunciado Administrativo nº 3/2016/STJ. 2. Os autos são oriundos de mandado de segurança impetrado contra ato que desclassificou a impetrante no Pregão 003/2018 (serviços de manutenção do sistema de iluminação pública), diante do descumprimento dos itens 15.2 e 15.3 do edital (proposta inexecutável). 3. A recorrente reitera as argumentações trazidas na inicial do writ, sem, contudo, impugnar especificamente os fundamentos adotados pelo acórdão de origem, que são capazes de manter o resultado do julgamento, ocasionando, portanto, a inadmissibilidade do recurso, nos termos da



Súmula 283/STF. 4 . De outro lado, da análise dos autos, não se vislumbram razões para alterar o acórdão recorrido, porquanto, como bem lá assentado, a empresa impetrante, embora intimada, não conseguiu demonstrar a exequibilidade de sua proposta, estando a sua desclassificação, além de devidamente fundamentada, amparada nas disposições legais e editalícias. 5. Agravo interno não provido.

(STJ - AgInt no RMS: 62216 SE 2019/0328351-6, Relator.: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 26/08/2024, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/08/2024)

Em cotejo com a decisão jurisprudencial, é possível analisar que a proposta oferecida pela Recorrida se encontra eivada de vício, qual seja, a ausência de remuneração contratual, comprometendo o objeto do contrato, pelo que deve ser desclassificada.

Diante da não apresentação documentação apta a comprovar a admissibilidade da proposta em razão da exequibilidade, vale salientar que se faz necessária a realização de diligências para esclarecer propostas com preços inexequíveis ou superfaturados conforme disposto no inciso III, do art. 11 da Lei de Licitações.

Ora, Ilmo. Pregoeiro, a proposta inexequível se evidencia como a proposta menos vantajosa para a Administração Pública em razão da incompatibilidade do valor financeiro-econômico com o custo operacional do objeto contratual.

Portanto, a discriminação da proposta apenas demonstrada via desconto, sem qualquer tipo de elaboração de cálculos e de remuneração por taxa, deve ser rechaçada, visto que pode ocasionar dispêndio aos cofres públicos.

Em consonância a legislação acima destacada, a **cláusula nº 8.3.3** do edital em comento destaca que: “Se houver indícios de inexequibilidade do preço ofertado, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, para fins de comprovação de sua viabilidade econômica.”

Portanto, a realização de diligências pela Administração Pública se confirma como modo democrático para efetiva comprovação de (in)exequibilidade da proposta, a fim de demonstrar, entre outros documentos, a planilha de composição de custos, lista de rede de empresas credenciadas com serviços a serem executados, demonstração de capacidade operacional para execução do contrato, e a possibilidade de lucro da empresa.



3. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA QUE NÃO OBSERVOU REQUISITOS LEGAIS. ATO SOLENE. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. AUSÊNCIA DE REQUISITOS DO EDITAL PARA ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA. AUSÊNCIA DE JURIDICIDADE ADMINISTRATIVA. DOCUMENTO COM VÍCIO EM RAZÃO DE CONTRATO VICIADO.

3.1 DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA QUE NÃO OBSERVOU REQUISITOS LEGAIS. ATO ADMINISTRATIVO ILEGAL.

Conforme visto na síntese fática, o Pregão Eletrônico nº 011/2025 tem por objeto *“Contratação de empresa especializada em gerenciamento e controle de frota, compreendendo manutenções diversas, corretiva e preventiva, para a frota da CESAMA (motocicletas, automóveis, utilitários, caminhões, geradores, máquinas e equipamentos), com utilização de sistema integrado e informatizado, em tempo real (real time) permitindo a transmissão de dados da movimentação diária por software via internet”*.

Trata-se, portanto, de segmento específico de gerenciamento eletrônico de frota, em que a Administração contrata uma gerenciadora que, através de um sistema tecnológico, credencia uma ampla rede de fornecedores aptos a prestar os serviços de manutenção veicular. Assim, a gerenciadora é uma empresa especializada em gestão para assumir a gerência da execução dos serviços de apoio realizados por outras empresas, no caso concreto, o gerenciamento de preços para a contratação de serviços continuados de gerenciamento e administração compartilhada da frota.

Veja-se que se refere a um objeto extremamente complexo, em que as licitantes devem comprovar aptidão técnica, sob pena de gerar grave insegurança à Administração, como é o caso em tela.

A Empresa Recorrida apresentou dois atestados de capacidade técnica, quais sejam:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA
Nº 04/2025

O Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul – Coren-RS, CNPJ nº 87.088.670/0001-90, atesta que a fornecedora **JAMSE GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 40.810.790/0001-95, presta-nos os seguintes serviços:

Objeto: Serviços de gerenciamento de frota mediante disponibilização de cartões magnéticos ou microprocessados (chip), ou outras tecnologias físicas como tags/targetas eletrônicas disponibilizadas um para cada veículo (16 veículos), através do qual se efetivarão as transações de manutenção preventiva e corretiva (mecânica geral, elétrica, funilaria, pintura e lavagem completa interna e externa incluindo aquisição de peças e reposição, acessórios, lubrificantes e demais insumos) dos veículos oficiais do Coren-RS.

Processo Administrativo: nº 450/2024.

Contrato nº: 45/2024.

Valor Total Estimado: R\$ 42.955,06 (quarenta e dois mil e novecentos e cinquenta e cinco reais e seis centavos).

Taxa de Desconto: 21,29%

Vigência: 20/12/2024 a 20/12/2025 (01 ano).

Data dos serviços: 20/12/2024 até o momento.

Atestamos, ainda, que os serviços foram prestados de forma satisfatória, não havendo qualquer registro e/ou informações que desabone a referida empresa.

Porto Alegre, 21 de março de 2025.



Antônio Ricardo Tolla da Silva
Coren-RS 55.232 - ENF
Presidente



Lucas Mattos Criscuoli
Chefe do Setor de Compras e Contratações
Portaria Coren-RS Nº 720/2019
Fone: 51 3378-5500 Ramal 270
scc@portalcoren-rs.gov.br

Diligência e informações complementares:

Setor de Compras e Contratações – 51 3378-5500 – Ramal 270 – 269 – 271

SEDE: PORTO ALEGRE - AV. PLÍNIO BRASIL MILANO, 1155 - CEP 90520-002 - FONE/FAX (51) 3378-5500 - www.portalcoren-rs.gov.br - CAXIAS DO SUL - RUA PINHEIRO MACHADO, 2659 - SALA 002 - CEP 95020-172 - FONE (54) 3214 4711 - FAX 3220 4420 - PASSO FUNDO - RUA MORON, 1324 - SALA 703 - CEP 99010-031 - FONE (54) 3317 2262 - FAX 3512 6777 - PELOTAS - RUA BARÃO DE SANTA TECLÁ, 363 - SALA 705 - CEP 96010-140 - FONE (53) 3272 2189 - FAX 3272 2026 - SANTA CRUZ DO SUL - RUA 28 DE SETEMBRO, 221 - SALA 504 - CEP 96910-530 - FONE (51) 3715 2011 - FAX 3715 2013 - SANTA MARIA - RUA PINHEIRO MACHADO, 2380 - SALA 704(B) A - CEP 97050-000 - FONE (55) 3225 2110 - FAX 3225 2210 - SANTA ROSA - RUA MINAS GERAIS, 52 - SALA 504 - CEP 98900-000 - FONE (55) 3512 3530 - FAX 3512 6571 - URUGUAIANA - RUA 15 DE NOVEMBRO, 1426 - SALA 20 - CENTRO COMERCIAL SAN SEBASTIAN - CEP 97500-510 - FONE/FAX (55) 3411 9350



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA - ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 23.539.463/0001-21
Rua Antônio Nascimento, 274 - Centro - CEP: Pirapora - MG
Fone: (35) 3748-4108
Site: www.pirapora.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA - ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 23.539.463/0001-21
Rua Antônio Nascimento, 274 - Centro - CEP: Pirapora - MG
Fone: (35) 3748-4108
Site: www.pirapora.mg.gov.br



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Contratante:

MUNICÍPIO DE PIRAPORA, inscrito no CNPJ nº 23.539.463/0001-21, com sede administrativa na Rua Antônio Nascimento nº 274, Centro, Pirapora - MG, neste ato representado pelos fiscais do contrato, Sr. Domiciano Pereira da Silva, CPF nº 784.265.616-91, e Sr. Helson Alves de Souza, CPF nº 836.139.949-68.

Contratada:

JAMSE GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 40.810.790/0001-95, com endereço na Rua Inácio Lustosa, nº 241, conj. 03, 2º andar, São Francisco Curitiba - PR, CEP nº 80.510-000, neste ato representada por seu sócio administrador Paulo Afonso Janz, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade CNH nº 01186328942, inscrito no CPF sob o nº 836.139.949-68.

Atestamos para os devidos fins e efeitos legais, que a empresa acima descrita presta os serviços abaixo discriminados, atendendo a todos os requisitos técnicos qualitativos e quantitativos exigidos por esta contratante.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva da frota municipal via sistema informatizado para atender as necessidades da Prefeitura de Pirapora - MG.

Número do Contrato: 002/2025

Processo Administrativo: 082/2024

Valor da Contratação: R\$ 4.151.245,27 (quatro milhões cento e cinquenta e um mil duzentos e quarenta e cinco reais e vinte e sete centavos)

Desconto Resultante: 49,51% (quarenta e nove vírgula cinquenta e um por cento)

Quantidade da frota: 102 (cento e noventa e dois) veículos


Prazo de vigência: 1 (um) ano

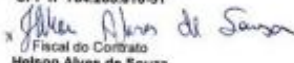
Início da prestação dos serviços: 14/01/2025

Atestamos ainda que a prestação dos serviços acima referidos apresenta bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone até a presente data.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Pirapora, 14 de abril de 2025.

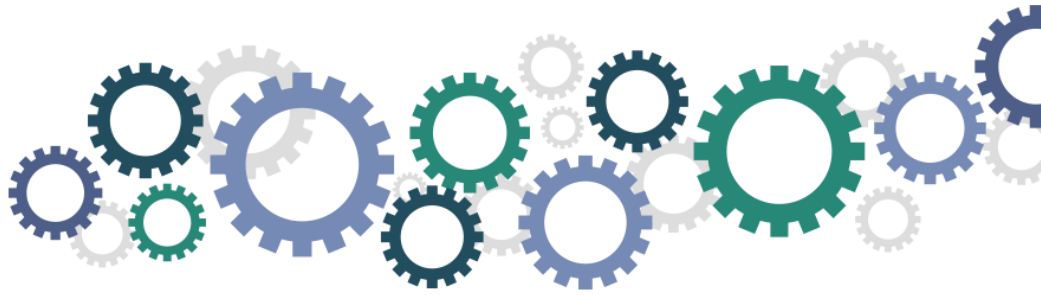

Fiscal do Contrato
Domiciano Pereira da Silva
CPF nº 784.265.616-91


Fiscal do Contrato
Helson Alves de Souza
CPF nº 836.139.949-68

O art. 67 da Lei nº 14.133/21 exige atestados que comprovem aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, bem como registro em entidade profissional competente, quando necessário. Vejamos:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;



II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

No entanto, ao analisar detidamente o Atestado de Capacidade Técnica, verifica-se que o documento é desprovido de dados técnicos, não estando apto para fins de comprovação de seu serviço junto ao Município de Pirapora/MG, visto que possui as seguintes informações:

- i) Descrição detalhada dos serviços executados em razão da complexidade tecnológica do certame;
- ii) Apresentação de profissional com registro no conselho profissional competente responsável pelo serviço;
- iii) Indicação por meio de pessoal técnico, instalações ou aparelhamentos indicados, nem qualificação do membro da equipe técnica responsável pelos trabalhos;
- iv) Tempo de duração do contrato e a frequência dos serviços; e,
- v) Assinatura do atestado de capacidade técnica realizada pela autoridade competente que contratou o serviço, seja o Prefeito Municipal ou Secretário Municipal.

Portanto, verifica-se que os servidores responsáveis pela emissão dos Atestados de Capacidade Técnica em favor da Empresa **JAMSE GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA**, não



levaram em consideração os requisitos legais do art. 67 da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações), o que, por óbvio, consubstancia-se em ato administrativo ilegal, haja vista possuir vício de nulidade insanável, cujos efeitos não podem ser aceitos.

Sobre o tema, O Tribunal de Contas da União, em sua obra *Licitações e Contratos Administrativos: Orientações e Jurisprudência do TCU*², leciona que:

Os critérios de habilitação técnica, previstos no art. 67 da Lei 14.133/2021, prestam-se a comprovar que o licitante possui a qualificação técnica necessária para bem executar o objeto da contratação. Referem-se, portanto, a características inerentes ao licitante, não se confundindo com os critérios técnicos de aceitabilidade da sua proposta, relacionados ao objeto da contratação. A documentação para habilitação técnica deve comprovar, a depender do tipo de objeto a ser contratado, a qualificação técnico-profissional e a técnico-operacional cumulativamente.

A qualificação técnico-profissional trata da vinculação ao licitante de profissionais com conhecimento técnico e experiência necessários à execução do objeto do certame. O licitante deve indicar profissional (registrado no conselho profissional competente, quando for o caso) detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, que será o responsável técnico caso o licitante seja contratado. (2024, p. 582)

Ora, vale destacar que o Atestado de Capacidade Técnica, por não possuir os requisitos legais do art. 67 da Lei de Licitações, **viola o princípio da legalidade**, estampado no art. 37, *caput*, da CRFB/88³ c/c art. 5º da Lei nº 14.133/2021⁴.

Como ensina Maria Sylvia Zanella Di Pietro⁵:

² BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União**. 5ª Edição, Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência, 2024.

³ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

⁴ Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da **legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).

⁵ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**, 30ª ed., São Paulo: Atlas, 2017, p. 102.



O princípio da legalidade significa que a Administração Pública só pode fazer o que a lei permite. Qualquer ato administrativo praticado em desconformidade com a lei, especialmente com normas que definem competências, está viciado e sujeito à invalidação.

Na mesma esteira, Odete Medauar⁶ leciona:

Uma das decorrências da caracterização de um Estado como Estado de direito encontra-se no princípio da legalidade que informa as atividades da Administração Pública. Na sua concepção originária, esse princípio vinculou-se à separação de poderes e ao conjunto de ideias que historicamente significaram oposição às práticas do período absolutista. No conjunto dos poderes do Estado, traduzia a supremacia do Poder Legislativo em relação ao Poder Executivo; no âmbito das atuações, exprimia a supremacia da lei sobre os atos e medidas administrativas. Mediante a submissão da Administração à lei, o poder tornava-se objetivado; obedecer à Administração era o mesmo que obedecer à lei, não à vontade instável da autoridade. Daí um sentido de garantia, certeza jurídica e limitação do poder contido nessa concepção do princípio da legalidade administrativa.

Assim, analisando o Atestado de Capacidade Técnica, não se visualiza a comprovação técnico-operacional ou técnico-profissional, está destacando a expertise do profissional responsável pelo trabalho, e aquela dispendo sobre a atuação da empresa no objeto da licitação perante outros serviços realizados, conforme inteligência do Ac. TCU nº 1332/2006.

Cabe merecedor registro que o atestado também não esclarece o tempo mínimo da prestação de serviço, quantidade de serviços prestados, o que impede de evidenciar melhor aproveitamento contratual, e consequentemente, capacidade técnica organizacional.

O Supremo Tribunal Federal ao tratar sobre atos administrativos com vícios de ilegalidade, possui entendimento jurisprudencial pacificado, uma vez que em seu Enunciado nº 473, dispõe: ***“A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”***

Portanto, os Atestados de Capacidade Técnica supramencionados, são atos administrativos eivados de vício de ilegalidade.

⁶ MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**, 21ª ed, Belo Horizonte: Fórum, 2018, p. 116-117.



3.2. DA INSUFICIÊNCIA DE PRAZO PARA EMISSÃO DE ATESTADO. AUSÊNCIA DE DESCRITIVO DAS ATIVIDADES REFERENTES AO SERVIÇO PRESTADO.

Conforme visto anteriormente, a Recorrida apresentou dois Atestados de Capacidade Técnica, quais sejam: A) Emitido pela Prefeitura Municipal de Pirapora – MG; e, B) Emitido pelo Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul – COREN/RS.

Desta forma, os atestados possuem a seguinte sistemática de contrato, objeto contratual, data de início do contrato e data de emissão de Atestado de Capacidade Técnica.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	CONTRATO	OBJETO CONTRATUAL	DATA DO INÍCIO DO CONTRATO	DATA DE EMIÇÃO DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA
PIRAPORA – MG	002/2025	Contratação de empresa para prestação de serviço de gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva da frota municipal via sistema informatizado para atender as necessidades da Prefeitura de Pirapora.	14/01/2025	14/04/2025
COREN/RS	450/2024	Serviços de gerenciamento de frota mediante disponibilização de cartões magnéticos ou microprocessados (chip), ou outras tecnologias físicas como tags/targetas eletrônicas disponibilizadas um para cada veículo (16 veículos), através do qual se efetivarão as transações de manutenção preventiva e corretiva (mecânica geral, elétrica, funilaria pintura e lavagem completa interna e externa incluindo aquisição de peças e reposição, acessório lubrificantes e demais insumos) dos veículos oficiais do Coren-RS.	20/12/2024	21/03/2025

Neste esqueque, é importante ressaltar que, para que a empresa seja capaz de atender ao objeto do contrato, é necessária a implantação do sistema de gerenciamento de manutenção de frota, incluindo o fornecimento de peças, o cadastramento de oficinas credenciadas, a integração dos sistemas tecnológicos e o treinamento dos agentes para utilização da plataforma ou serviços de tecnologia contratados.



O prazo para essa implantação deste sistema demora um tempo considerável, com todas as atividades inerentes ao procedimento, podendo levar em torno de 30 dias, o que, na prática, considerando a preparação técnica, ajustes contratuais e início efetivo das operações, pode demandar um período de aproximadamente 60 dias.

Portanto, a simples expedição de um atestado após apenas três meses da assinatura do contrato sequer reflete a real execução contratual, haja vista a complexidade tecnológica e operacional dos objetos contratuais.

Conforme o art. 67 da Lei nº 14.133/2021, os critérios de habilitação técnica visam comprovar a aptidão do licitante para a execução do objeto, exigindo-se, cumulativamente, a qualificação técnico-profissional — por meio da indicação de profissional com experiência comprovada — e a qualificação técnico-operacional, demonstrada mediante atestados que comprovem a execução prévia de serviços similares em características, quantidades e prazos compatíveis, sendo vedadas limitações relativas à época ou ao local da execução, salvo quando se tratar de serviços contínuos, hipótese em que o edital pode exigir prazo mínimo de experiência.

Ocorre que, os atestados somente podem ser concedidos, após execução substancial — que permita o efetivo juízo sobre o desempenho da Empresa Recorrida — é que pode ser emitido atestado de capacidade técnica com validade legal.

Assim, não há como aferir a plena aptidão da Recorrida em tão curto espaço de tempo. Os documentos foram emitidos com apenas 90 (noventa) dias de vigência contratual, sendo que o contrato possui prazo de execução de 1 (um) ano, o que compromete a confiabilidade da avaliação da capacidade técnico-operacional da empresa.

O art. 88, II, da Lei nº 14.133/2021, a qualificação técnica deve ser demonstrada por atestados que comprovem a execução de forma satisfatória de atividades compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto licitado.

Nestes termos, a exigência de compatibilidade de prazos não se cumpre em uma avaliação tão prematura, sendo absolutamente inidônea a emissão do documento para fins de qualificação técnica no certame. A jurisprudência do TCU é uníssona neste sentido:

REPRESENTAÇÃO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES OCORRIDAS NA CONDUÇÃO DE CERTAME. INCERTEZAS SOBRE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DE LICITANTE.



NÃO UTILIZAÇÃO DO PODER-DEVER DE REALIZAR DILIGÊNCIAS PARA SANEAR AS DÚVIDAS QUANTO À CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA . PRESERVAÇÃO DA CONTINUIDADE DO CONTRATO QUE SE ENCONTRA EM FASE DE EXECUÇÃO. DETERMINAÇÃO. 1. O Atestado de Capacidade Técnica é o documento conferido por pessoa jurídica de direito público ou de direito privado para comprovar o desempenho de determinadas atividades . Com base nesse documento, o contratante deve-se certificar que o licitante forneceu determinado bem, serviço ou obra com as características desejadas. 2. A diligência é uma providência administrativa para confirmar o atendimento pelo licitante de requisitos exigidos pela lei ou pelo edital, seja no tocante à habilitação seja quanto ao próprio conteúdo da proposta. 3 . Ao constatar incertezas sobre cumprimento das disposições legais ou editalícias, especialmente as dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências, conforme o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para tomada de decisão da Administração nos procedimentos licitatórios

(TCU 01985120146, Relator.: MARCOS BEMQUERER, Data de Julgamento: 03/12/2014)

Desta forma, ambos Atestados de Capacidade Técnica não podem ser considerados hábeis para comprovação da capacidade técnico-operacional da Empresa Recorrida, por não refletir a efetiva execução contratual em sua integralidade, tampouco permitir a aferição de resultados mínimos necessários para se atestar a expertise exigida pelo certame.

Neste sentido, tais documentos foram elaborados em total confronto aos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, devendo ser desconsiderado para fins de habilitação, nos termos do art. 88 da Lei nº 14.133/2021 e da jurisprudência do TCU.

Repisamos, o Atestado de Capacidade Técnica somente registrou os 3 (três) primeiros meses do contrato administrativo, não sendo apto a demonstrar o desempenho de atividades pertinentes, bem como sua compatibilidade com o objeto licitado com suas características, prazos e quantidades.

Sobre a temática, a Controladoria-Geral da União (CGU), por meio da Orientação Normativa nº 6, de 24 de setembro de 2018, estabelece em seu art. 3º, II dispõe:

Art. 3º São requisitos para a emissão do Atestado de Capacidade Técnica:



II- a conclusão do Contrato ou o transcurso de, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme previsto no item 10.8, do Anexo VII-A, da IN SEGES/MPDG nº 05/2017;

A *mens legis* da orientação normativa apresenta o claro entendimento da Controladoria-Geral da União sobre o tema, qual seja, a emissão do Atestado de Capacidade Técnica dar-se-á em razão do decurso temporal mínimo de 12 (doze) meses do efetivo cumprimento do contrato tendo em vista a necessidade do acompanhamento do desempenho e desenvolvimento da prestação de serviço do objeto contratado, para então conferir a devida avaliação dos serviços desempenhados.

De igual modo, o Estado de Minas Gerais, por meio da Resolução SES nº 6.598, 11 de janeiro de 2019, estabeleceu a possibilidade de delegação ao Servidor responsável pela Superintendência de Gestão para emissão de capacidade técnica a fornecedores, condicionado à emissão de nota técnica pelo gestor do contrato e Superintendência de Planejamento e Finanças, veja-se:

Art. 10 - Delegar ao servidor, designado para dirigir a Superintendência de Gestão, competência para:

VI – emitir atestado de capacidade técnica a fornecedores da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais - SES/MG, condicionado à emissão de nota técnica pelo gestor do contrato e Superintendência de Planejamento e Finanças;

Na mesma esteira, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), se utilizando do mesmo pensamento do Estado de Minas Gerais, em seu documento de ORIENTAÇÕES PARA SOLICITAR A EMISSÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, estabeleceu que o atestado de capacidade técnica referente a serviços contínuos somente será emitido após o mínimo de 06 (seis) meses da execução contratual:

3. EMISSÃO DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

3.4 Nas situações em que o atestado for solicitado antes do término da vigência contratual, somente serão certificadas as parcelas já realizadas e avaliadas, com registro no atestado de que o Pedido de Compra e/ou Contrato ainda se encontram vigentes, mencionando expressamente a data de início da contratação / fornecimento e a previsão de conclusão.



3.5 Para os requerimentos relativos a serviços contínuos, com vigência inicial de 12 (doze) ou 60 (sessenta) meses, o atestado só será emitido após decorridos, no mínimo, 6 (seis) meses de execução contratual, observado o disposto no item 3.4 acima.

Portanto, não pode a Administração Pública elaborar Atestado de Capacidade Técnica sem levar em consideração decurso temporal mínimo razoável para acompanhar e fiscalizar um trabalho com objeto complexo para efetiva avaliação de desempenho qualitativo/quantitativo do fornecedor. Ainda, os atestados apresentados pela Recorrida, emitido padecem de gravíssimas omissões que comprometem sua validade para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional.

Desta forma, se trata de documento genérico, desprovido de informações mínimas sobre a execução dos serviços alegadamente prestados, em nítida afronta ao art. 88, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que exige, expressamente, que o atestado indique “as características, quantidades, prazos e qualidade dos serviços executados, com indicação expressa de que foram executados de forma satisfatória”.

No tocante ao descritivo das atividades realizadas pela Recorrida, é de fácil constatação sua ausência nos Atestados de Capacidade Técnica, não apresentando ao menos descritivo sucinto, limitando-se a replicar o objeto do contrato administrativo, que aponta para prestação de serviço contínuo na área de tecnologia com tema complexo à Administração Pública.

Não há menção à quantidade de veículos gerenciados, ao número de ordens de serviço processadas, à quantidade de oficinas credenciadas integradas à suposta plataforma de gerenciamento, tampouco à abrangência geográfica do atendimento, prazos médios de execução, indicadores de desempenho, funcionalidades do sistema, relatórios gerenciais ou outros elementos técnicos essenciais à análise da complexidade da operação, visto que o objeto licitado pela Prefeitura de Pirapora/MG exige atuação especializada em gestão informatizada de frotas, com sistema eletrônico capaz de centralizar solicitações de serviço, integrar oficinas previamente credenciadas e apresentar relatórios de controle em tempo real.

Concernente ao segmento técnico especificamente tratado neste expediente, é de fácil constatação que o objeto contratual demanda expertise em tecnologia da



informação, gerenciamento logístico e atuação coordenada entre diferentes prestadores de serviço, configurando uma prestação em modelo de quarteirização gerencial, conforme já reconhecido pelo Tribunal de Contas da União.

A ausência de descrição técnica detalhada no atestado, portanto, impede a Administração de verificar se a empresa detém experiência anterior real e efetiva na execução de serviços de complexidade tecnológica equivalente ou superior, nos termos exigidos pelo art. 67, § 2º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Sem essa correspondência, não se pode afirmar que o documento atende aos critérios de compatibilidade técnica requeridos pelo certame.

Isto posto, a ausência do descritivo de atividades no *in casu* afronta o art. 67, II da Lei de Licitações, vejamos:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

Ora, tal fato demonstra que os servidores que estão na condição de fiscal de contrato não possuem ciência da prestação de serviço da Recorrida, haja vista não ter apresentado - ao menos de forma sucinta -, rol com as atividades desempenhadas pelo fornecedor, bem como sua complexidade tecnológica e operacional.

Portanto, diante da ausência de elementos descritivos mínimos, bem como da incompatibilidade material entre as atividades desempenhadas pela empresa e o objeto do certame, os atestados devem ser integralmente desconsiderados, por ausência de eficácia probatória para fins de habilitação técnica, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União.



3.3 AUSÊNCIA DE JURIDICIDADE ADMINISTRATIVA. DOCUMENTO COM VÍCIO EM RAZÃO DE CONTRATO VICIADO.

3.3.1 DA MATERIALIDADE DO ATESTADO. INDÍCIOS DE ILICITUDE. DOCUMENTO PRODUZIDO POR MEIO DE CONTRATO SIMULADO.

Os Atestados de Capacidade Técnica possuem vício insanável, uma vez que foram baseados em contratação viciada, para criar qualificação técnica artificial para viabilizar sua contratação.

O objeto do certame é o gerenciamento envolve a **intermediação** e não o **fornecimento** direto de bens e serviços. Trata-se, portanto, de segmento específico de gerenciamento eletrônico de frota, em que a Administração contrata uma gerenciadora que, através de um sistema tecnológico, credencia uma ampla rede de fornecedores aptos a prestar os serviços de manutenção veicular.

Assim, a gerenciadora é uma empresa especializada em gestão para assumir a gerência da execução dos serviços de apoio realizados por outras empresas, no caso concreto, o gerenciamento de preços para a contratação de serviços continuados de gerenciamento e Administração compartilhada da frota.

Veja-se que se refere a um objeto **extremamente complexo**, em que as licitantes devem comprovar aptidão técnica, sob pena de gerar grave insegurança à Administração, como é o caso em tela. O Tribunal de Contas da União já publicou estudo acerca do tema, referente à quarterização de serviço de manutenção de frota e, naquele caso, consolidou dinâmica plenamente aplicável. Em termos gerais, o serviço de quarterização consiste em:

A Administração Pública transferir a empresa privada especializada, vencedora de licitação, o gerenciamento (...), ou seja, a empresa especializada contratada pela Administração gerencia a prestação de serviços a serem executados por outras empresas. Há, portanto, duas ordens de relações jurídicas: a que se estabelece entre a Administração e a empresa gerenciadora e a que esta estabelecerá com as empresas executoras, em sistema de rede.

Esse novo paradigma substitui a tradicional contratação direta com os prestadores dos serviços de manutenção de veículos. Adota-se sistema centralizado em uma só empresa gerenciadora, possibilitando que pequenos estabelecimentos, inclusive



em cidades do interior, possam credenciar-se junto à empresa gerenciadora contratada pela Administração, o que lhes ensinará prestar serviços cujo acesso era antes inviável.

Em termos práticos, no modelo gerencial contratado pelos Municípios, tem-se apenas uma contratada, que atua como gerenciadora, possuindo como responsabilidade o dever de disponibilizar um **sistema de gerenciamento** em favor do Município, no qual estão credenciados diversos fornecedores que venham a cumprir as exigências mínimas previamente estabelecidas no edital.

A partir do acesso ao sistema disponibilizado pela gerenciadora, verificada a necessidade de aquisição de determinada peça para a manutenção de veículos, por exemplo, o Município abre uma Ordem de Compra (OC). E, assim, uma vez aberta determinada Ordem de Compra, as credenciadas realizam uma disputa interna de preços, lançando no sistema orçamentos para a respectiva OC.

Trata-se de um objeto extremamente complexo em um segmento de mercado altamente qualificado, de modo que todas as empresas interessadas devem cumprir as qualificações mínimas exigidas, especialmente a técnica, que exige a comprovação da capacidade operacional por meio de atestado técnico de experiência anterior em atividades semelhantes, de complexidade equivalente ou superior.

Entretanto, para conseguir o Contrato com o Município de Pirapora, a empresa Recorrida apresentou um único atestado, fornecido pela empresa Ezco Soluções em Gestão LTDA. Veja-se:

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

EZCO SOLUÇÕES EM GESTÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 24.229.960/0001-96, com sede à Rua Valparaíso, nº 439, Bacacheri, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, neste ato representado por seu sócio administrador, **EDUARDO FLÁVIO ZARDO**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/ME sob nº 873.856.009-72; **ATESTA**, sob as penas da lei e com fundamento no Artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, a fim de atestar sua aptidão, que **J & PJ CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 40.810.790/0001-95, presta(ou) serviços à declarante, na condição de subcontratada na execução dos CONTRATOS DE SERVIÇOS nº 029/2022 e 069-2022, celebrados entre a declarante e o CISNOP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORTE DO PARANÁ, os quais têm por objeto a gestão operacional do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU NORTE PIONEIRO; **ATESTA**, ainda, que a Contratada presta(ou) satisfatoriamente o serviço pactuado, no que diz respeito às informações discriminadas abaixo, não havendo em nossos registros fatos que desabonem sua conduta e desempenho.



INFORMAÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS SUBCONTRATADOS - CONTRATO DE SERVIÇOS 029-2022	
Período de Vigência	Início em 16/05/2022, com vigência até 31/12/2022.
Objeto	Coordenação/gerenciamento de frota - Manutenção preventiva e corretiva das Unidades Móveis no edital especificadas, em sua totalidade, tanto mecânica quanto elétrica, desde a manutenção mais simples como lubrificantes, freios, suspensão, até a mais complexa, como recuperação de motores, caixas de câmbio, sistemas elétricos, funilaria e estrutura fixa (chassi) das Unidades, entre outros.
Abrangência	43 (quarenta e três) Municípios da 18ª e 19ª Regional de Saúde
Valor Contratual Total	R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

INFORMAÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS SUBCONTRATADOS - CONTRATO DE SERVIÇOS 069-2022	
Período de Vigência	Início em 01/01/2023, com vigência até 31/12/2023 e prorrogação até 31/12/2024.
Objeto	Coordenação/gerenciamento de frota - Manutenção preventiva e corretiva das Unidades Móveis no edital especificadas, em sua totalidade, tanto mecânica quanto elétrica, desde a manutenção mais simples como lubrificantes, freios, suspensão, até a mais complexa, como recuperação de motores, caixas de câmbio, sistemas elétricos, funilaria e estrutura fixa (chassi) das Unidades, entre outros.
Abrangência	21 (vinte e um) Municípios da 18ª Regional de Saúde
Valor Contratual Total	R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)

O referido documento indica que a Recorrida foi supostamente contratada na qualidade de *subcontratada* em um contrato administrativo firmado entre a EZCO e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte do Paraná.

O contrato nº 029/2022 foi feito por meio da dispensa de licitação nº 003/2022. Entretanto, vejamos o que estabelecia o contrato nº 069/2022, conforme o edital do Pregão nº 031/2022:

11.1.7 - a CONTRATADA, não poderá ceder o presente contrato, podendo subcontratá-lo no todo ou em parte para pessoa física ou jurídica como denotam os art. 72 e inciso VI do art. 78 da Lei 8.666/93. Não transferir em hipótese algum este instrumento contratual a terceiros;

Ora, conforme o art. 122 da Lei nº 14.133/2021, o contratado poderá subcontratar parte do serviço respeitando os limites e condições do edital, desde que apresente



documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado e que o subcontratado não possua vínculos diretos ou indiretos com o órgão contratante ou seus agentes:

Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

No presente caso, não se pode admitir a atuação da Recorrida como subcontratada da EZCO se sequer foi levada à análise da Administração Pública, de modo que a sua capacidade técnica não foi analisada. Inclusive, se o fosse, não teria sido aprovada para atender ao objeto do certame.

Conforme os documentos apresentados pela Recorrida em sede de diligências em algumas licitações, o contrato entre a EZCO e o Consórcio foi assinado no dia 13 de maio de 2022 e o contrato entre a Recorrida e EZCO foi supostamente assinado apenas 3 dias depois, ou seja, dia 16 de maio de 2022.

Como se não bastasse, o contrato de subcontratação firmado entre a EZCO e a Recorrida **sem o aval da Administração Pública** e ainda indica **pagamentos mensais de R\$ 10.000,00** pelos supostos serviços prestados, mas sem indicar as atividades específicas desses serviços:



VALOR TOTAL DA NOTA - R\$10.000,00				
Código da Atividade				
17 - 01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.				
Valor Total das Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Crédito p/ Abatimento do IPTU
0,00	10.000,00	5,00	500,00	0,00
OUTRAS INFORMAÇÕES				
Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 73/2009.				

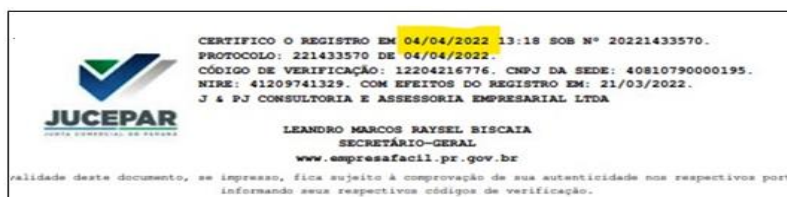
O fato é que o contrato pode ser elaborado de forma simulada e com data retroativa, **mas nota fiscal não**. E, também, não é crível acreditar que uma empresa prestou serviços durante **anos** sem nunca emitir uma nota correspondente, especialmente em um serviço supostamente prestado em favor de um consórcio público.

Tem-se, portanto, que inexistindo comprovação por meio de notas fiscais e atesto de recebimento dos serviços pelo Consórcio Público, se trata de um contrato simulado criado com o objetivo de ludibriar órgãos públicos, criando artificialmente uma qualificação técnica inexistente da empresa Recorrida, fraudando licitações por meio de documento inidôneo.

Não obstante a isso, ainda que o atestado fosse idôneo, o objeto ali indicado não corresponde aos serviços de gerenciamento eletrônico, por meio de rede credenciada, pois esse não foi o objeto licitado pelo Consórcio Público.

3.3.2 EM RELAÇÃO À MATERIALIDADE DO ATESTADO. DOCUMENTO QUE ATESTA A SUPOSTA CONTRATAÇÃO DE OFICINA MECÂNICA.

A Recorrida não possuía o CNAE de gerenciamento na época na assinatura do contrato com a EZCO. Ao analisarmos as alterações do Contrato Social, podemos perceber que a mesma só incluiu o CNAE muitos meses depois da assinatura do contrato:





QUINTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
J & PJ CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
CNPJ – 40.810.790/0001-95
NIRE: 41209741329

JANAINA DE PAULA CAVALHEIRO, BRASILEIRA, CASADA, Separação de Bens, empresaria, natural da cidade de Curitiba – PR, data de nascimento 22/06/1980, portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH): nº 01090484331, expedida por Detran/PR em 16/01/2020 e CPF: nº 007.464.329 - 09, residente e domiciliada na cidade de Curitiba - PR, RUA CARLOS AUGUSTO CORNELSEN, nº 178, CASA 09 CONDOMINIO VILLAGGIO BOSCO REAL, SAO LOURENCO, Curitiba - PR, CEP: 80520560, Única sócia da empresa J & PJ CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, registrada na Junta Comercial do Paraná em 11/02/2021, inscrita no CNPJ 40.810.790/0001- 95 e última alteração registrada sob o nº 20220215944 em 03/02/2022, RESOLVE alterar o contrato social mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - ATIVIDADES DA EMPRESA: A empresa passa ter suas atividades econômicas no ramo de: CNAE 8211-3 00 Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; CNAE 4511-1 01 Comercio a varejo de automóveis camionetas e utilitários novos; CNAE 4511-1 02 Comercio a Varejo de automóveis e camionetas e utilitários usados; CNAE 7020-4 00 Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto; CNAE 6204-0 00 Consultoria em tecnologia da informação; CNAE 8660-7 00 Atividades de apoio a gestão a saúde; CNAE 4520-0 01 Serviço de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; CNAE 4520-1 02 Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores; CNAE 4520-0 06 Serviços de borracharia para veículos automotores; CNAE 4530-7 03 Comercio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores, CNAE 4120-4 00 Construção de edifícios; CNAE 7711-0 00 Locação de automóveis sem condutor; CNAE 4321-5 00 Instalação e manutenção elétrica.

CLÁUSULA SEGUNDA: O titular ratifica todas as demais Cláusulas do Ato Constitutivo, que permanecem em vigor e inalteradas.

A Sócia assina o presente instrumento em via única.

Curitiba – PR, 07 de dezembro de 2022.

Veja-se que o atestado informa o período de vigência com início dia 16/05/2022, momento no qual a empresa não possuía o objeto de gerenciamento em seu contrato social ou CNAE da Receita Federal. Mesmo assim, Il. Pregoeiro, observe-se o objeto que o atestado informou:



INFORMAÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS SUBCONTRATADOS - CONTRATO DE SERVIÇOS 029-2022	
Período de Vigência	Início em 16/05/2022, com vigência até 31/12/2022.
Objeto	Coordenação/gerenciamento de frota - Manutenção preventiva e corretiva das Unidades Móveis no edital especificadas, em sua totalidade, tanto mecânica quanto elétrica, desde a manutenção mais simples como lubrificantes, freios, suspensão, até a mais complexa, como recuperação de motores, caixas de câmbio, sistemas elétricos, funilaria e estrutura fixa (chassi) das Unidades, entre outros.
Abrangência	43 (quarenta e três) Municípios da 18ª e 19ª Regional de Saúde
Valor Contratual Total	R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

Neste ponto, importante destacar a cláusula que define as obrigações da contratada no referido Contrato 029/2022, documento acima apontado:

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas neste contrato ou dele decorrentes:

(...)

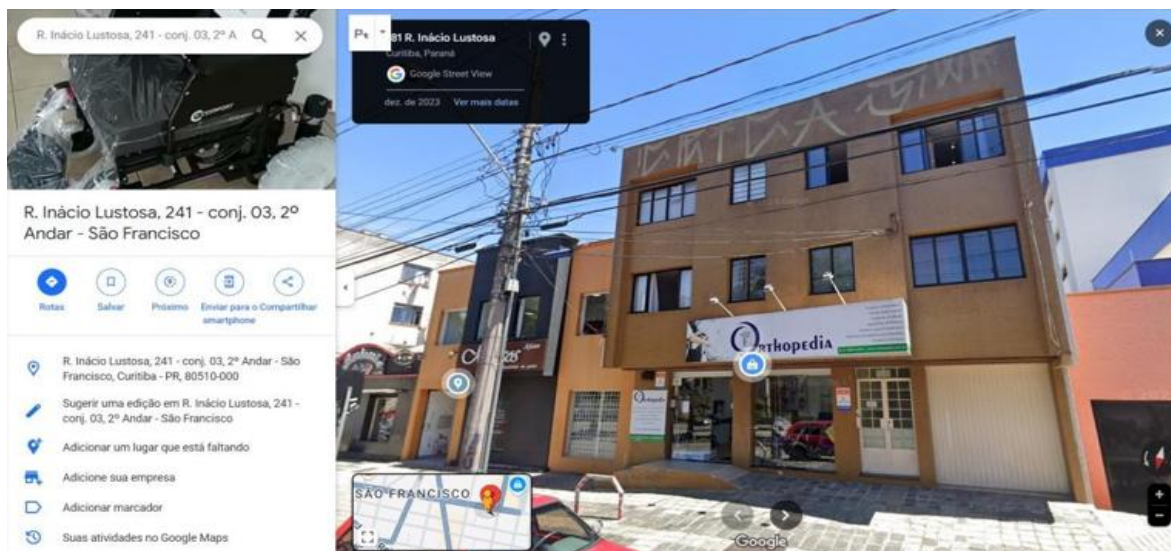
5.1.19 – Toda e qualquer manutenção preventiva, corretiva dos veículos utilizados no SAMU (funilaria, pintura, mecânica, elétrica, torno, alinhamento, balanceamento e cambagem) incluindo os insumos (pneus, peças, adesivagem, troca de óleo, válvulas e combustível) será de responsabilidade da Contratada.

Veja-se: a contratada, no caso a empresa possui como obrigações as obrigações pertinentes de uma **oficina mecânica**: manutenção preventiva e corretiva dos veículos utilizados no SAMU: funilaria, pintura, mecânica, elétrica, torno, alinhamento, balanceamento e cambagem.

Pode-se extrair das notas fiscais colacionadas, que dizem respeito ao contrato mencionado no atestado, os serviços de “lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção (...)”:

VALOR TOTAL DA NOTA - R\$1.000,00				
Código da Atividade				
14 - 01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).				
Valor Total das Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Crédito p/ Abatimento do IPTU
0,00	1.000,00	5,00	50,00	0,00
OUTRAS INFORMAÇÕES				
Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 73/2009.				
Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.				
Não gera direito a crédito fiscal de IPI.				

Av. João Schumann, 155 – Centro | Campo Bom/RS | +55 47 99745 - 0031 | licitacao1@bcfrotas.com.br



Veja-se: quando analisado o endereço cadastrado na empresa percebe-se que a fachada corresponde claramente a uma oficina mecânica, evidenciando o desvio de sua verdadeira natureza e a inadequação para o objeto licitado:



Como se não bastasse, a Recorrida está registrada no mesmo endereço da oficina "PS Car Centro Automotivo", localizada na Rua Domingos Nascimento, 230, em Curitiba. No local, a atividade claramente identificada é a de uma oficina mecânica tradicional, especializada em serviços como balanceamento, polimento e manutenção de veículos, conforme amplamente divulgado em suas redes sociais e site oficial⁷.

A sobreposição de atividades e endereços demonstra que a infraestrutura da empresa é incompatível com as exigências técnicas do edital, que requerem capacidade para operar um sistema informatizado de gestão de frotas. Todas essas evidências demonstram que a empresa Recorrida, não possui características ou estrutura para cumprir o objeto lícitado.

Ademais, conforme consta no cartão CNPJ apresentado, a atividade principal registrada pela empresa é a prestação de serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores. Não há qualquer registro de CNAE relacionado ao **gerenciamento de frotas**, o que reforça a inadequação da licitante às exigências do edital.

Ou seja, a Recorrida, com estrutura e serviços típicos de uma oficina mecânica, está longe de atender ao perfil exigido para uma gerenciadora de frotas. Suas alegações de competência no segmento de gestão de frotas são infundadas e incompatíveis com as qualificações técnicas requeridas pelo edital.

A empresa, portanto, sequer poderia ter sido habilitada. Isto pois, a Lei nº 14.133/2021 exige a comprovação da capacidade formal das licitantes para participar do certame, incluindo a compatibilidade entre o objeto da licitação e as atividades previstas no contrato social das empresas.

Essa compatibilidade é indispensável para assegurar que a licitante esteja apta, do ponto de vista jurídico, a executar o objeto do contrato. O art. 66 da Lei nº 14.133/2021 determina que o licitante precisa demonstrar a capacidade de exercer direitos e assumir obrigações, de acordo com a documentação da pessoa jurídica.

Neste sentido, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado, tem a finalidade de demonstrar que a atividade econômica da empresa está diretamente

⁷ <https://www.pscarcenter.com.br/> e <https://www.instagram.com/pscarcentroautomotivo/>



relacionada ao objeto licitado. A ausência dessa relação pode caracterizar irregularidade insanável e resultar na inabilitação da empresa.

O Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 642/2014 – Plenário, reafirmou que a análise do contrato social deve ser minuciosa, garantindo que o objeto social da empresa seja compatível com as exigências do certame. Não basta que o contrato social inclua atividades genéricas ou imprecisas; é necessário que as atividades descritas estejam diretamente relacionadas às obrigações previstas no edital.

Essa medida evita a participação de empresas sem capacidade jurídica para a execução contratual, prevenindo riscos de inadimplemento e garantindo a eficiência na gestão dos recursos públicos.

A situação é grave. Quando a empresa Recorrida se apresenta, inadequadamente, como uma empresa experiente no setor de gerenciamento de frotas, além de afrontar os princípios de ética, transparência e legalidade que regem os processos licitatórios, compromete a credibilidade do certame, desrespeitando a isonomia e a confiança.

Evidências demonstram que a empresa atua como uma **oficina mecânica**, especializada em serviços de manutenção, **sem experiência ou capacidade técnica comprovada para operar no segmento de gerenciamento de frotas**. Essa incompatibilidade é confirmada por sua documentação e pelo endereço operacional, o que viola os requisitos claros do edital, que limita a participação a empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação.

Todas essas inconsistências evidenciam a incapacidade técnica da empresa Recorrida, de modo que não poderia ter sido habilitada para participar do certame e, muito menos, ter se sagrado vencedora.

3.3.3 RELACIONAMENTO DA RECORRIDA COM A EMPRESA QUE FORNECEU O ATESTADO.

Como se não bastassem todas as irregularidades apontadas, da análise atenta dos documentos, pode-se extrair que o número de contato registrado no documento da EZCO coincide com o número de telefone da empresa Recorrida:



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
<small>NUMERO DE INSCRIÇÃO</small> 24.229.960/0001-96 <small>MATRIZ</small>	<small>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</small>		<small>DATA DE ABERTURA</small> 13/01/2016
<small>NOME EMPRESARIAL</small> EZCO SOLUCOES EM GESTAO LTDA			
<small>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</small> EZCO - GESTAO EM SAUDE			<small>PORTO</small> DEMAIS
<small>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</small> 86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde			
<small>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</small> 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis 65.21-5-02 - Auditoria e consultoria atuarial 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 78.10-8-00 - Seleção e agenciamento de mão-de-obra 78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária 78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros 80.11-1-01 - Atividades de vigilância e segurança privada 80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente 84.12-4-00 - Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial 86.10-1-01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências 86.10-1-02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências 86.21-6-01 - UTI móvel 86.21-6-02 - Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel 86.22-4-00 - Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências 86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas 86.50-0-99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente 87.12-3-00 - Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio			
<small>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</small> 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
<small>LOGRADOURO</small> R VALPARAIZO	<small>NUMERO</small> 439	<small>COMPLEMENTO</small> *****	
<small>CNPJ</small> 82.510-070	<small>BURROCRACIA</small> BACACHERI	<small>MUNICIPIO</small> CURITIBA	<small>UF</small> PR
<small>ENDEREÇO ELETRÔNICO</small> CONTROLADORIA@EZCO.COM.BR		<small>TELEFONE</small> (41) 3503-6628	
<small>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</small> *****			
<small>SITUAÇÃO CADASTRAL</small> ATIVA			<small>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</small> 13/01/2016
<small>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</small> *****			
<small>SITUAÇÃO ESPECIAL</small> *****			<small>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</small> *****

O DDD 50 inexistente no território brasileiro (provável equívoco, considerando o DDD 41 anterior).



NÚMERO DE INSCRIÇÃO 40.810.790/0001-95 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 11/02/2021
NOME EMPRESARIAL J & PJ CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) J & PJ CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 41.20-4-00 - Construção de edifícios 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 45.11-1-01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos 45.11-1-02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados 45.20-0-02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores 45.20-0-06 - Serviços de borracharia para veículos automotores 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores 45.43-9-00 - Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas 62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis 62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 71.12-0-00 - Serviços de engenharia 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor 77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R DOMINGOS NASCIMENTO	NÚMERO 230	COMPLEMENTO *****
CEP 80.520-200	BAIRRO/DISTRITO BOM RETIRO	MUNICÍPIO CURITIBA
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO DINA.DESANOSKI@HOTMAIL.COM		TELEFONE (41) 9964-7751/ (50) 3503-6628

Ademais, a empresa Recorrida apresentou algumas notas fiscais, de valores aleatórios e em datas aleatórias, em desconformidade com o que traz o contrato de subcontratação, que indica **pagamentos mensais de R\$ 10.000,00** pelos supostos serviços prestados – serviços que também estão em desconformidade com o certame, visto que, conforme já demonstrado, configuram atividades de **oficina mecânica**.

O que pode ser extraído dessas notas fiscais é a informação de que o e-mail utilizado pela empresa EZCO – frise-se: a mesma empresa que agora busca “atestar” a capacidade técnica da empresa Recorrida – encontra-se como e-mail de contato desta empresa. Ainda, o e-mail “dina.desanoski@hotmail.com” também consta no cartão CNPJ da empresa Recorrida:



PRESTADOR DE SERVIÇOS			
Razão Social:	J & P J CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA		
CPF / CNPJ:	40.810.790/0001-95	Inscrição Municipal:	17 12 0920131-1
Endereço:	R. CARLOS AUGUSTO CORNELSEN, 000178 - BAIRRO: SÃO LOURENÇO - CEP: 80520560		
Município:	CURITIBA	UF:	PR
		Email:	nfe@ezco.com.br

TOMADOR DE SERVIÇOS			
Nome/Razão Social:	EZCO GESTAO EM SAUDE - EIRELI - ME		
CPF / CNPJ:	24.229.960/0001-96	IMU:	0738852-4
Endereço:	PRESIDENTE WASHINGTON LUIZ, 000737 - BAIRRO: JARDIM SOCIAL - CEP: 82520000		
Município:	CURITIBA	UF:	PR
		Email:	dina.desanoski@hotmail.com

Há evidente incongruência que, em uma análise superficial já apresenta indícios de irregularidades que comprometem a veracidade de seu conteúdo. Tudo isso somado ao vínculo aparente entre as empresas citadas, levanta dúvidas acerca da autenticidade dos documentos apresentados.

Por este motivo, para que seja comprovada a idoneidade da contratação e, consequentemente do atestado, seria necessário que a empresa Recorrida apresentasse as notas fiscais mensais da contratação, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), bem como o atesto do respectivo órgão responsável, o que não foi feito.

Portanto, evidente que o atestado de capacidade técnica fornecido pelo Município de Pirapora encontra-se eivado de vícios insanáveis, motivo pelo qual requer-se a sua desconsideração no presente processo licitatório.

4. PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Diante de todo o exposto, requer-se:

A) que sejam recebidas as presentes razões de recurso, por tempestivas, nos termos da Legislação em vigor;

B) que seja dado provimento ao recurso, reformando a decisão de desclassificou a Recorrente em virtude do prazo exíguo insuficiente, a fim de que se abra nova sessão pública, para que o Pregoeiro conceda prazo hábil mínimo de 60 minutos, para manifestação do Recorrente; caso não seja esse o entendimento de Vossa Excelência, que entenda:



C) Subsidiariamente, que seja dado provimento ao recurso, reformando a decisão para desclassificar a empresa **JAMSE GESTAO E TECNOLOGIA LTDA** em razão da sua inequívoca inexecutabilidade da proposta, retomando o processo de contratação seguindo a ordem de classificação; contudo, caso esse não seja o entendimento de Vossa Excelência, que entenda:

D) que a Administração, no exercício de seu poder-dever, realize as diligências adequadas para verificar a executabilidade da operação, conforme disposto no item nº **8.3.3** do edital, adotando todas as providências necessárias para assegurar a regularidade, eficiência e efetividade do procedimento em questão; contudo, caso esse não seja o entendimento de Vossa Excelência, que entenda:

E) Subsidiariamente, que seja dado provimento ao Recurso Administrativo, reformando a decisão de classificação da Recorrida, haja vista que a referida empresa apresentou Atestados de Capacidade Técnica que não possuem os requisitos legais do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, bem como foram fundamentados em contratação simulada, a fim de que a Recorrida seja **INABILITADA**;

E) não sendo este o entendimento de Vossa Senhoria, que submeta o Recurso e estas contrarrazões à Autoridade Superior competente para apreciação final.

Por fim, requer sejam adotadas as medidas administrativas cabíveis para garantir o fiel cumprimento dos princípios da legalidade, isonomia, moralidade, eficiência e vinculação ao edital, com a consequente reformulação do resultado do certame, se for o caso.

Termos em que,

Espera-se o deferimento.

Campo Bom/Rs, 22 de julho de 2025.



BC GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA

JULIANA KELY MAIA

CPF: 051.745.069-07; RG: 9540848-6 SESP/PR - SÓCIA